

TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E GERAÇÕES: UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS DA ARENA E DO MDB

ALESSANDRA CARVALHO*

Em 1995, comentando a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República e o fim da ditadura militar, o então senador José Sarney afirmou: “A transição deu certo porque nós constituímos um grupo de políticos”. (COUTO, 1999, p. 323) De acordo com o ângulo que se olhe, ou a vivência pessoal que se tenha experimentado, a afirmação acima parecerá presunçosa ou incorreta. Isto porque a mobilização popular foi intensa no início dos anos 1980, sendo impossível negar-lhe destaque nos momentos finais da transição. Os últimos anos de domínio militar registraram uma sociedade bem mais participativa, capaz de produzir um movimento como o das *Diretas Já*, e organizações sociais em plena ascensão.

Todavia, a visão de Sarney reflete e sublinha um traço marcante da redemocratização brasileira: os acordos costurados entre as autoridades militares e as elites políticas. Os membros dos principais partidos, sobretudo aqueles que sucederam a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desempenharam um papel fundamental na pavimentação do caminho de retorno à democracia. E na Nova República instaurada em 1985, grande parte destes políticos permaneceu como protagonista da cena pública, ascendendo por voto popular aos postos mais importantes e ao controle do Estado.

O objetivo do presente texto é analisar alguns aspectos da trajetória desses indivíduos que, atuantes durante o regime militar, foram alçados à condição de líderes da construção recente da democracia no Brasil. O primeiro aspecto refere-se à investigação das diferentes gerações que atuaram durante a ditadura, examinando suas experiências políticas específicas. A segunda seção do texto nos remete a uma discussão acerca das interações estabelecidas entre estas elites, a sociedade e o Estado ditatorial, relevante, a nosso ver, para a compreensão da dinâmica do regime autoritário e da Nova República que o sucedeu.

* Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com o intuito de iniciar nossa análise, foi necessário proceder a algumas delimitações. Primeiramente, interessavam-nos os indivíduos que alcançaram postos através do voto direto na vigência da ditadura militar e, por conta desse aspecto, tiveram que buscar construir laços com a população e bases eleitorais. Essa delimitação inicial englobou os eleitos para os órgãos legislativos municipal, estadual e federal e as prefeituras da maioria dos municípios, gerando um universo muito extenso de pesquisa. Em razão disso, restringimo-nos neste texto aos deputados federais.¹

Uma vez definidos os sujeitos a serem enfocados, estabelecemos o período bipartidário como espaço temporal da análise – os anos entre 1965 e 1979. O Ato Institucional nº 2 (AI-2), decretado em 1965, significou uma radical intervenção na organização das forças políticas e instituiu o contexto institucional sob o qual elas atuaram durante grande parte do regime autoritário. Das cinco eleições para o Congresso Nacional ocorridas entre 1964 e 1985, quatro se desenrolaram tendo Arena e MDB como os únicos partidos. Foi no interior dessas legendas que se acomodaram os políticos advindos dos partidos extintos em 1965, assim como novas trajetórias se iniciaram. Por fim, cremos que as relações forjadas durante o bipartidarismo foram fundamentais para a posição e as escolhas das elites políticas após 1979.

Sem dúvida, a ditadura militar reduziu muitíssimo a influência e o poder dos políticos. Em diversos momentos, muitos colocaram em dúvida a viabilidade e o sentido de continuar com suas atividades político-partidárias. Todos presenciaram a diminuição de seu prestígio na sociedade e as dificuldades para desempenhar as funções mais elementares de representação. Todavia, a grande maioria prosseguiu na carreira política, enquanto outros se encaminharam para ela durante os anos do regime autoritário. Assim como professores em universidades, médicos em hospitais, economistas em órgãos estatais e outros funcionários públicos, que se depararam com intervenções promovidas pelos governantes, mas seguiram em suas carreiras.

A questão que se coloca é: por que continuar? No caso dos políticos, por que se sujeitar às regras do jogo estabelecidas pelos militares, cujas consequências apequenaram suas ações e sua posição social? A resposta que oferecemos a essas perguntas é dupla.

¹ Na minha tese de doutoramento, trato também dos senadores e governadores estaduais (escolhidos por eleição direta e indireta). CARVALHO, 2008.

A primeira parte escora-se no fato de que os parlamentares são, acima de tudo, políticos profissionais, no sentido definido por Max Weber em *A política como vocação*. São homens que fazem da política sua principal ocupação e a tornam objetivo de sua vida, seja porque encontram nela “uma forma de gozo na simples posse do poder” ou porque a ação política “permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação à sua vida.” (WEBER, 2004, p. 68) Sob esse prisma, enquanto a ditadura permitiu qualquer espaço de atuação, os políticos se mostraram dispostos a ocupá-lo, com o fim de garantir a continuidade de suas carreiras pessoais e fortalecer suas posições no interior dos partidos, das disputas regionais, no eleitorado...

A segunda parte da resposta se refere ao cálculo feito por muitos políticos quanto às possibilidades de atuação autônoma e de conquista de poder dentro do sistema bipartidário. O deputado Fernando Lyra, do MDB, aparentava ter extrema clareza do que o estimulou a atuar como deputado *autêntico* no Congresso Nacional, a partir de 1970: “despertar a juventude, debelar a luta armada, extinguir o voto nulo”. (NADER, 1998, p. 118) Outros políticos partilhavam da mesma avaliação, vendo na política partidária e nas instituições representativas vigentes formas de resistência ao autoritarismo.

Ao lado disso, importantes cargos continuaram disponíveis na disputa eleitoral e a política partidária permaneceu como o caminho para a conquista de espaços de poder como prefeituras e cadeiras nas assembleias legislativas, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Era possível ter sucesso e êxito nessa carreira sob a ditadura, e muitos foram os que construíram uma trajetória ascendente, partindo de posições locais ou regionais para alcançar destaque no plano nacional – ascensão que lhes garantiu espaços de poder importantes no regime democrático estabelecido nos anos 1980.

Trajetórias e gerações políticas no Congresso Nacional (1966-1978)

“Não foi só o nome do partido que os antigos pefelistas aceitaram mudar ontem na convenção nacional dos Democratas (DEM). As velhas estrelas do PFL também concordaram em abrir a legenda para uma nova geração de políticos. Mas os sobrenomes famosos denunciam que parte dessa renovação é familiar. A começar pelo novo presidente do partido, o deputado Rodrigo Maia (RJ), que se

emocionou ontem ao receber o abraço do pai, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (...). Para César Maia, essa renovação do partido é fundamental:

- Todos nós carregamos virtudes e defeitos da política que se estabelece no Brasil. Mas o Rodrigo tem a grande virtude de não ter herdado os meus defeitos. Tenho um estilo de confronto permanente, resquícios do meu passado. Vim da luta armada. Já o Rodrigo é um político mais plástico, transigente, com uma capacidade de articulação que nunca tive, pois sou um tecnocrata – disse o orgulhoso pai do novo presidente do DEM.

Rodrigo Maia não foi o único representante ontem eleito para a comissão provisória nacional do DEM que dá continuidade à antiga dinastia pefelista. O filho do ex-senador Jorge Bornhausen (SC) – que deixou o comando do partido(...), para assumir a presidência da Fundação Liberdade e Cidadania, que vai substituir o Instituto Tancredo Neves – também está na nova direção da legenda.

O deputado Paulo Bornhausen (SC) ficou com uma das 14 vice-presidências do partido e cuidará dos assuntos de comunicação e tecnologia de informática. Fará companhia ao pai, que, na condição de ex-presidente da legenda, é considerado membro nato da comissão. O senador Antônio Carlos Magalhães (BA), que foi durante duas décadas um dos principais caciques pefelistas, agora será representado na comissão nacional pelo deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (BA), eleito vice-presidente para assuntos institucionais.

(...) Os deputados Felipe Maia (RN) e Efraim Filho (PI) também garantiram vaga na comissão nacional. Filhos dos senadores Agripino Maia (RN) e Efraim Moraes (PI), eles estarão na direção do partido por serem, também, presidentes do Democratas Empreendedor e Juventude Democrata, respectivamente.” (O Globo, 29/03/2007, p. 10)

A longa citação acima trata da refundação do Partido da Frente Liberal (PFL), no ano de 2007, agora sob o nome de Democratas (DEM), substituindo a sigla criada em 1985 por um grupo de lideranças do Partido Democrático Social (PDS) que, por sua vez, surgiu em 1980 como sucessor da Arena. À primeira vista, o que assoma é a presença de figuras centrais da política brasileira nas décadas de 1980 e 1990, cujas trajetórias estão diretamente ligadas ao regime militar, e a continuidade estabelecida através de seus filhos e netos.

Vejamos: Jorge Bornhausen, membro da União Democrática Nacional (UDN) e de tradicional família política, foi fundamental na estruturação da Arena em Santa Catarina e indicado, em 1978, para o governo do estado. Antônio Carlos Magalhães,

também da UDN e de família com atuação política na Bahia, foi igualmente escolhido governador do estado em 1970 e 1978. O pai de Agripino Maia foi governador do Rio Grande do Norte entre 1975 e 1979 e o próprio iniciou sua trajetória política como prefeito de Natal, em 1979, nomeado por seu primo, Lavoisier Maia, então governador de estado. Por sua vez, Agripino Maia alcançou a chefia do executivo estadual por voto direto duas vezes, em 1983 e 1991. Finalmente, Efraim Moraes é o único cuja carreira teve início já sob o sistema multipartidário, filiando-se ao PDS em 1981 e, a partir daí, construindo uma trajetória exclusivamente parlamentar; mas, seu pai foi filiado à UDN, tendo sido eleito prefeito e quatro vezes deputado estadual. Neste pequeno universo *democrata*, o único a trilhar trajetória diversa foi César Maia, primo de Lavoisier Maia, cujas atividades políticas se iniciaram na União Nacional dos Estudantes (UNE), durante a década de 1960, e na oposição ao regime militar.

A continuidade das elites políticas brasileiras através de diferentes contextos institucionais é dimensionada no quadro abaixo:

Quadro 1: Índice de deputados federais com filiação anterior ao bipartidarismo (%)

	1966	1970	1974	1978
Deputados Federais	98,5	89	81	72

Fonte: Fleischer (1980)

No quadro 1, os altos índices de filiação prévia a 1965 indicam que grande parte dos deputados deram seguimento a carreiras iniciadas antes do sistema bipartidário, apesar da redução verificada nas legislaturas eleitas em 1974 e 1978, com maior número de indivíduos com filiação exclusiva à Arena e ao MDB. Mas, há diferenças entre Arena e MDB. Na legislatura de 1978, quando a filiação prévia apresenta o menor índice, Fleischer afirma que os deputados eleitos com vinculação ao sistema partidário anterior a 1965 ocupavam um maior espaço na Arena, correspondendo a 76% dos arenistas, enquanto no MDB foram de 52%. (FLEISCHER, 1980) Na mesma linha, Santos afirmou que os índices maiores de renovação da bancada emedebista foram decorrentes de derrotas eleitorais e do fato de que grande parte das cassações de mandatos, principalmente após o AI-5, atingiu o partido da oposição. (SANTOS, A., M., 2000) E, em sentido contrário, o mesmo cenário possibilitou a continuidade das carreiras dos membros da Arena.

As oportunidades para o surgimento de jovens lideranças estavam também na Arena. Após o AI-5, um grupo importante de políticos arenistas se afastou do partido ou do governo, sendo substituído por nomes mais jovens na direção partidária e nos cargos importantes no Congresso Nacional. Ao lado disso, a força da Arena e as vantagens advindas da proximidade com o governo atraiu para a legenda muitos indivíduos interessados em desenvolver uma carreira política. Assim, em ambos os partidos conviveram parlamentares de diferentes idades, experiências e trajetórias, conformando gerações distintas.

Todavia, registrar o pertencimento dos parlamentares, e dos antigos líderes pefelistas que introduziram esta seção, às siglas existentes antes de 1965 não esgota a questão de suas trajetórias. Filiações partidárias semelhantes podem ocultar diferenças de socialização política como, por exemplo, o contexto no qual os indivíduos iniciaram suas atividades políticas, a vivência de eventos históricos específicos ou as características das lutas sociais em cada período. O próprio César Maia apontou essa questão, quando defendeu que as diferenças de comportamento e prática verificadas entre ele e seu filho teriam origem em distintas experiências de socialização política.

Buscando investigar estas possíveis diferenças entre os parlamentares da Arena e MDB, recorreremos ao conceito de geração, com a ideia de que a vivência de determinados acontecimentos e processos, em um ambiente cultural compartilhado, estabelece para um grupo de indivíduos experiências comuns que influenciam diretamente os comportamentos e as práticas políticos. (BERSTEIN, 1996) Essa perspectiva pode ter, como ponto de partida para a identificação de distintas gerações, a data de nascimento dos parlamentares, que lhes proporcionaria vivenciar os mesmos processos durante determinadas fases da vida, principalmente o final da adolescência e o início da vida adulta. Outros autores defendem a necessidade de relativizar o fator etário como determinante, considerando, em seu lugar, o momento em que os indivíduos iniciaram suas atividades políticas, as disputas ideológicas características e o tipo de experiência e memória partilhadas como definidores de uma geração. (MOTTA, 2000)

Para este trabalho, a segunda abordagem mostrou-se problemática. Devido às particularidades dos verbetes no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), fonte principal de pesquisa. Alguns parlamentares têm suas trajetórias bem detalhadas,

seja devido ao prestígio, aos cargos ocupados ou à região de origem, enquanto outros possuem verbetes bastante reduzidos. (ABREU ET AL, 2001) Isso nos impediu de identificar de maneira precisa quando se deu o início do envolvimento com a política de todos os parlamentares e, por conseguinte, de adotar um critério único para agrupá-los. Além disso, há casos em que, embora inaugurando uma carreira propriamente política em fases mais avançadas da vida, os indivíduos tiveram aproximação anterior com essa atividade que não deveria ser ignorada.

Por conta deste aspecto do DHBB (ABREU, 1998), e também por acreditar que as experiências vividas em determinada fase da vida produzem aspectos comuns e funcionam como configurações partilhadas do mundo político, adotamos o critério etário para definir as diferentes gerações. Todavia, quando houver informações disponíveis, indicaremos o contexto histórico que presidiu a iniciação política dos deputados federais. Na ausência desses dados, a posse em cargos eletivos será considerada como o contexto de início das atividades políticas.

Nos testemunhos daqueles que atuaram durante a ditadura militar e nos estudos sobre eles, há uma referência constante ao conceito de geração como instrumento de explicação da ação política. O ex-governador carioca Chagas Freitas, em longo depoimento sobre sua trajetória, definiu a si mesmo como pertencente a uma geração que se forjou na luta contra o Estado Novo, contexto que o teria levado à politização precoce. (MOTTA, op. cit.) A faculdade de Direito no Rio de Janeiro ocupou um importante papel como espaço aglutinador; Evandro Lins e Silva, Carlos Lacerda, San Tiago Dantas e José Honório Rodrigues foram contemporâneos de Chagas na universidade. (SARMENTO, 1999) Na obra biográfica sobre Franco Montoro, a mesma questão apareceu em relação à faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, na qual estudaram e conviveram Ulysses Guimarães, Jânio Quadros, Auro de Moura Andrade, Abreu Sodré e o próprio Montoro, com trajetórias que, em sua maioria, começaram a partir da oposição ao Estado Novo. (MONTORO, 2000)

A percepção da coexistência e choque entre gerações distintas no interior dos partidos também fez parte da avaliação de alguns políticos. Ulysses Guimarães, presidente do MDB no início dos anos 1970, entendia e explicava que a diferença entre a moderação dos líderes mais antigos do partido e a atuação aguerrida dos deputados *autênticos* residia no fato dos últimos serem muito jovens e terem *vivido pouco* a

política. O que podia significar que as crises que levaram ao suicídio de Getúlio Vargas, à derrubada do governo de João Goulart em 1964, ao fim dos partidos políticos em 1965 e à crise do AI-5 teriam outro sentido para os *autênticos*, muitos deles jovens deputados eleitos em 1970. Para Ulysses, esses novos líderes fariam parte de outra geração, com tênues ligações com a república democrática e os partidos criados em 1945; não teriam vivido os traumas derivados das intervenções dos governantes autoritários na política, calculando os riscos que envolviam o enfrentamento mais direto e incisivo à ditadura de outra maneira.²

Para dimensionar a presença de diferentes gerações no Congresso Nacional, dividimos os parlamentares em quatro gerações, de acordo com a data de nascimento: a geração 1 engloba os nascidos até 1910; a geração 2 trata dos nascidos entre 1911 e 1925; a geração 3 abrange os nascidos entre 1926 e 1940; por fim, a geração 4 se refere aos nascidos após 1940. A tabela 1 sumariza os dados resultantes da pesquisa das quatro gerações na Câmara dos Deputados por partido:

Tabela 1 - Gerações políticas dos deputados federais por partido (%)

Geração	1966		1970		1974		1978	
	Arena	MDB	Arena	MDB	Arena	MDB	Arena	MDB
Geração 1	19,4	13,2	8,3	6,7	3,5	3,1	3,1	2,6
Geração 2	58,8	51,2	54,5	50	43,8	32,1	28,6	20
Geração 3	21,1	34,8	35,6	42,7	47,7	47,2	56,3	57,4
Geração 4	0,7	0,8	1,4	5,6	5	17,6	12,5	21,6

Fonte: Abreu et al (2001)

Os índices acima retratam a evolução das quatro gerações na Câmara dos Deputados. As duas primeiras registraram taxas decrescentes no decorrer do bipartidarismo, concomitante ao crescimento das gerações 3 e 4, de modo que as posições se invertem ao final do período. A representação parlamentar foi quase monopolizada pelas gerações 2 e 3 que, somadas, corresponderam respectivamente a 81,9%, 89,5%, 86,0% e 81,5% dos deputados federais nas eleições analisadas.

² É importante sublinhar que estas declarações foram feitas por lideranças do MDB a quem interessava se apropriar dos benefícios advindos das ações dos *autênticos* e, ao mesmo tempo, controlar suas iniciativas nas disputas no interior do partido. Defini-los como audaciosos, porém pouco previdentes, resultava, então, da combinação não só de diferenças de geração, como também dos imperativos da política intrapartidária.

Algumas evoluções merecem ser analisadas. Em relação à geração 1, a maior redução se deu de 1966 para 1970, alcançando quase 10 pontos e diminuindo sobremaneira a presença dos nascidos até 1910 entre os deputados. De forma oposta, este foi o período em que a geração 2 sofreu a menor diminuição – somente 4,6%, enquanto, em 1974 e 1978, ficou em cerca de 13% - e a geração 3 apresentou o maior crescimento do período, 12,2%. Assim, no pleito em que a Arena obteve sua vitória mais expressiva, os nascidos até 1911 ocuparam um espaço bem menor, os nascidos entre 1911 e 1925 mantiveram-se com cerca de 50% das cadeiras e a geração nascida a partir de 1926 conquistou importantes posições.

A comparação entre a divisão das gerações no interior das bancadas aponta para a maior presença de deputados mais velhos entre os arenistas. As duas primeiras gerações ocuparam maior espaço no partido governista desde a primeira eleição, em 1966, enquanto no MDB foram registrados índices mais altos de deputados das gerações 3 e 4. Essas tendências se mantiveram durante todo o período bipartidário, com uma exceção – a pequena vantagem da Arena no que se refere à geração 3, nas eleições de 1974.

O MDB, portanto, caracterizou-se por atrair indivíduos mais jovens desde sua criação, ao contrário do que se passou na Arena. Mas, vale dizer, a distância entre a taxa dos nascidos de 1926 a 1940 (geração 3) verificadas na Arena e no MDB foi decrescente, se invertendo levemente em 1974, e apresentou uma diferença pequena em favor dos emedebistas quatro anos depois. Essa foi também a geração que teve a maior ascensão durante o período bipartidário, correspondendo à maior parcela das bancadas a partir de meados da década de 1970. Portanto, o que determinou o caráter mais jovem da representação do MDB nestes anos foi a maior presença da geração 4, que cresceu muito desde a eleição de 1970, enquanto a geração 2 permaneceu controlando posições mais sólidas na Arena.

Em relação ao início de atividades políticas, organizamos os dados a partir de quatro períodos distintos. Abaixo, a tabela 4 mostra os resultados:

Tabela 2 - Início das atividades políticas dos deputados por legislatura e geração

Eleição	Geração (%)	Até o Estado Novo	Década de 1940 até 1954	De 1955 até 1963	A partir de 1964
1966	Geração 1 (17,4)	7,8	7,4	1,5	0,7
	Geração 2 (56,4)	3,2	32,6	17,7	2,9
	Geração 3 (25,5)	-	6,1	14,0	5,4
	Geração 4 (0,7)	-	-	0,2	0,5
	Total	11,0	46,1	33,4	9,5
1970	Geração 1 (7,9)	4,7	2,3	0,9	-
	Geração 2 (51,8)	3,0	27,2	14,7	6,9
	Geração 3 (37,7)	-	5,9	18,4	13,4
	Geração 4 (2,6)	-	-	0,3	2,3
	Total	7,7	35,4	34,3	22,6
1974	Geração 1 (3,4)	2,0	1,4	-	-
	Geração 2 (38,5)	2,2	17,8	12,5	6,0
	Geração 3 (47,5)	-	5,0	18,5	24,0
	Geração 4 (10,6)	-	-	-	10,6
	Total	4,2	24,2	31	40,6
1978	Geração 1 (1,9)	0,95	0,95	-	-
	Geração 2 (24,7)	0,5	12,6	6,6	5,0
	Geração 3 (56,8)	-	4,8	17,8	34,2
	Geração 4 (16,6)	-	-	0,7	15,9
	Total	1,45	18,35	25,1	55,11

Fonte: Abreu et al (2001)

Na legislatura de 1966, 57,1% dos deputados apresentaram experiência política iniciada no contexto do primeiro governo de Getúlio Vargas e da redemocratização após 1945 – cerca de 3,2% atuaram ainda na Primeira República. Neste grupo majoritário, uma parte desempenhou papel relevante na organização dos partidos políticos em fins de 1945. Importantes fundadores da UDN, do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Democrata Cristão (PDC) como Magalhães Pinto, Amaral Peixoto e Franco Montoro, respectivamente, foram eleitos em 1966 e mantiveram-se no Congresso Nacional durante o regime militar, como deputados ou senadores.

Ao lado destes líderes, em 1966 elegeram-se também políticos que haviam trabalhado nos diretórios regionais e locais dos partidos surgidos após o Estado Novo, conquistando posições nas eleições de 1950 e 1954. Esses deputados, com maior experiência, colocaram-se também como articuladores da transição para o sistema bipartidário e do funcionamento das novas legendas, criadas após o AI-2, se destacando nomes como os de Antônio Carlos Magalhães e Ulysses Guimarães.

Os parlamentares com carreiras iniciadas entre 1955 e 1963 ocuparam posição importante em 1966, integrando as correntes chefiadas por políticos com maior

experiência e as redes internas dos partidos. Foi comum, nesta parcela, a referência ao pertencimento à ala moça do PSD, à ligação com lideranças regionais e ao posicionamento diante da crise política de princípio da década de 1960 – desde a renúncia de Jânio até a deposição de Jango. José Richa e Mário Covas foram exemplos de políticos que integraram este grupo. Neste sentido, a atuação desses parlamentares também foi fundamental para reorganizar as forças políticas, após 1966, e garantir o funcionamento das novas siglas, pois, embora com menos experiência, vivenciaram momentos definidores das forças políticas e das disputas intrapartidárias.

Em 1970, a maior parte dos deputados iniciou suas atividades políticas entre a década de 1940 e o ano de 1963, correspondendo a 69,7% dos eleitos. Isso reforça, nessa legislatura, a sobrevivência e a importância das elites que atuaram ativamente no sistema multipartidário, como Herbert Levy, o já citado Ulysses Guimarães, Murilo Badaró, Bias Fortes, Francelino Pereira. Todavia, os números da tabela indicam a diminuição da presença dos políticos que iniciaram suas trajetórias entre a década de 1940 e 1954, enquanto o espaço dos políticos com início de atividades entre 1955 e 1963 se manteve quase estável. E, ao mesmo tempo, já se anunciava o forte crescimento do grupo de parlamentares com atividades iniciadas após 1964, com o aumento do número de ‘novatos’. Entre esses últimos, apontamos a ascensão de nomes como Marco Maciel, Fernando Lyra, Miro Teixeira, Marcondes Gadelha e Prisco Viana.

Nas eleições de 1974, as tendências acima se aprofundaram. A maior parte da bancada na Câmara dos Deputados, totalizando 59,4%, ainda era formada por parlamentares cuja iniciação na vida política podia ser situada antes de 1964. Todavia, ao lado destes, uma parcela importante de 40,6% teve sua trajetória ligada intrinsecamente à crise do governo Jango e ao regime militar. Ainda que alguns apresentassem envolvimento com o movimento estudantil, sindical ou mesmo com partidos antes do golpe, a ascensão política e partidária das gerações 3 e 4 se desenvolveu durante a ditadura, como foi o caso de Inocêncio de Oliveira, Jarbas Vasconcelos, Gerson Camata, Jader Barbalho, Moreira Franco e Hugo Napoleão. No partido de oposição, a geração 4, caracterizada, principalmente, pela iniciação política após 1964, teve mais força. Santos enxergou aí a emergência de uma geração ‘propriamente’ emedebista, mais capaz de ir ao encontro dos anseios do eleitorado, o

que teria colaborado para a criação de uma identidade para a legenda e seu êxito nas décadas seguintes – incluindo aí o sucessor, PMDB. (SANTOS, A., M. *op. cit.*, p. 160)

Por fim, no último pleito do período bipartidário, as posições se inverteram e a maior parte dos deputados – 55,1% - registrou o início de suas atividades políticas após 1964. Além da chegada ao Congresso Nacional de nomes como Carlos Chiarelli, Reinhold Stephanes, Pimenta da Veiga e Esperidião Amin, as bancadas da Arena e do MDB foram formadas por muitos políticos que haviam ocupado cargos eletivos ou por indicação sob o regime militar, tendo passagens como vereadores, prefeitos, deputados estaduais ou federais. Portanto, a manutenção do funcionamento das instituições representativas garantiu a possibilidade de surgimento de novos líderes, com a ascensão de muitos deles à Câmara dos Deputados.

Como decorrência, a parcela dos parlamentares cuja trajetória se iniciara após 1964 contava com políticos que, em alguns casos, apresentavam dez anos de experiência e vínculos com as legendas do sistema bipartidário. Em vários casos, a ascensão pessoal se interligou com a construção e enraizamento da própria legenda, em sua região e no eleitorado. Mas, é obrigatório sublinhar, isso se deu *pari passu* à manutenção de indivíduos com longas carreiras. Ainda em 1978, 44,9% deputados registravam atividades políticas anteriores a 1964.

Assim, em cada legenda, a dinâmica entre continuidade e renovação adquiriu feição particular, de acordo com a presença diferenciada das gerações aqui analisadas. Em ambas, porém, gerações com experiências políticas distintas tiveram suas trajetórias unificadas, estabelecendo pontos de contato que findaram por configurar uma história compartilhada que perdurou além do período bipartidário estando presente nas legendas criadas a partir de 1980, que estiveram no centro das discussões da redemocratização brasileira.

As relações entre os políticos e a sociedade na ditadura militar: algumas pistas de análise

Como demonstramos na seção anterior, grande parte dos indivíduos que ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados durante o bipartidarismo iniciaram suas trajetórias antes de 1965. Os índices foram muito relevantes também no Senado Federal, que não enfocamos nesse texto, cuja maioria foi composta por indivíduos com longas

trajetórias. Ernani do Amaral Peixoto, Gustavo Capanema, Franco Montoro, Teotônio Vilela, Petrônio Portela, Milton Campos, Daniel Krieger, Luís Viana Filho, Antônio Carlos Konder Reis, Tancredo Neves, Arnon Afonso de Faria Melo foram alguns deles.

Estas elites tiveram suas redes políticas articuladas no decorrer de décadas de participação em disputas eleitorais e partidárias, que seguiram sendo acionadas no novo sistema bipartidário. Não se tratava somente de antigas lideranças com prestígio e imagem consolidados junto ao eleitorado, mas desse aspecto aliado à presença de um conjunto de indivíduos unidos por vínculos políticos e partidários construídos ao longo do tempo que conectavam as instituições locais às regional e federal. Nesse processo, as interações com a população eram colocadas em marcha. Algumas histórias da política do estado do Rio de Janeiro podem nos servir para explicitar distintos aspectos do que foi dito.³

O político fluminense Francisco Amaral iniciou suas atividades políticas em fins da década de 1950, na cidade de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, participando de campanhas eleitorais e do movimento estudantil enquanto cursava a faculdade de Direito. Próximo ao PCB, foi deputado estadual do MDB entre 1975 e 1983. Derrotado para deputado federal em 1982, foi eleito vice-governador do estado quatro anos mais tarde, na legenda do PMDB.

Sua atuação inseriu-o nas lutas e redes políticas estaduais que definiam aliados, adversários e identidades - a líderes mais importantes, a posições ideológicas, a bases eleitorais específicas, por exemplo. Seu depoimento ao CPDOC-FGV demonstrou em minúcias o funcionamento de uma dessas redes, organizadas em torno da liderança de Ernani do Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, e como as negociações e disputas partidárias articulavam-se em torno da fidelidade a indivíduos que possuíam uma longa trajetória política. Uma decisão tomada por um desses líderes era capaz de acionar toda uma rede de aliados e militantes formada por deputados, prefeitos, dirigentes partidários e cabos eleitorais, responsáveis pelo trabalho político que reforçava e atualizava as interações com os eleitores. Existente antes do bipartidarismo, essa rede continuou originando e sustentando candidaturas a prefeito, deputado estadual e federal e senador após 1965. (AMARAL, 2001)

³ Especialmente nesta afirmação, estamos englobando indivíduos que atuam no estado do Rio de Janeiro e no antigo estado da Guanabara. Os estados serão identificados separadamente.

Amaral aproximou-se dos movimentos comunitários ainda nos anos 1960, participando de ações que incentivavam a organização dos moradores. Em sua primeira campanha para a assembléia legislativa estadual, já em 1974, procurou as lideranças comunitárias como aliadas e, uma vez eleito, envolveu-se diretamente com os problemas de habitação dos setores populares. Assim ele resumiu seus oito anos como deputado estadual:

“O primeiro mandato foi de ampliação do trabalho comunitário e, através dele, de denúncia do regime. O segundo foi de uma luta sustentada, em torno das desapropriações, da melhora das condições de vida dos bairros, dos despejos do BNH. Tratei desses problemas (...) em Nova Iguaçu (...) [e] no Rio.” (AMARAL, op. cit.)

O envolvimento de Amaral com as questões habitacionais urbanas obrigou-o a estabelecer interlocuções constantes com agências burocráticas estaduais e federais. Ao lado de outras lideranças do MDB, articulou diversas diligências junto aos órgãos responsáveis, até ter uma audiência com o então ministro do Interior e presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Mário Andreazza, na qual expôs uma série de problemas que afligiam a população mais pobre da região metropolitana do Rio de Janeiro. Alguns deles, segundo afirmou Amaral, tiveram uma solução por intervenção de Andreazza - que os tinha recebido muito bem, “risonho, bastante cordato e atencioso”. (AMARAL, op. cit., p. 31)

Nesse trabalho, Francisco Amaral ocupou intensamente os espaços possíveis para a atuação dos representantes políticos, fosse no contato com os líderes locais, no estudo das políticas públicas de habitação ou na mediação das demandas sociais junto às esferas de decisão. Além disso, o parlamentar serviu também como um canal para que os próprios burocratas tivessem conhecimento das demandas dos grupos sociais, bem como dos impactos provocados por suas ações.

Por outras vias, a trajetória de Lygia Bessa Ramos também retrata os caminhos possíveis para a continuidade das elites anteriores a 1964 e as relações estabelecidas com a sociedade. Professora, neta do ministro da Guerra entre 1935 e 1937 e filha de general, ela iniciou seu envolvimento com a política atuando na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes, em 1945. Em 1947, filiada à UDN, conquistou seu

primeiro mandato, sendo eleita para a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Nessa instituição, se manteve até 1960 destacando-se como uma aliada de Carlos Lacerda. Com a criação do estado da Guanabara, elegeu-se deputada estadual seguidas vezes entre 1960 e 1974, ano em que ascendeu à Câmara dos Deputados e lá permaneceu por dois mandatos. Em 1983, após 36 anos de cargos legislativos, retirou-se da vida pública. Durante seus mandatos na Assembléia Estadual, foi autora de projetos como o que criou o Banco de Leite e garantiu a aposentadoria aos 25 anos de serviço para professores primários. Pertencente à Arena, em sua campanha para a Câmara dos Deputados, em 1974, declarou que sua principal proposta era a conciliação dos estatutos que regiam os magistérios dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, em processo de fusão. Uma vez eleita para o Congresso Nacional, participou da Comissão de Trabalho e Legislação Social. (ABREU ET AL, op. cit., p. 586)

Em síntese, Lygia Bessa Ramos tinha mais de três décadas de envolvimento com atividades políticas, carreira eletiva em instituições parlamentares, ligação com um importante líder estadual e nacional e especialização em temas ligados aos interesses da mulher. Ainda que sob um regime autoritário que limitava suas ações, seria difícil negar sua legitimidade como representante e mediadora de interesses sociais, exemplificada em sua produção legislativa. Nesse sentido, suas relações com os eleitores, construídas ao longo do tempo, provavelmente poderiam resistir às intervenções autoritárias e à limitação das atividades políticas, sendo até fortalecidas por conta de sua atuação como deputada.

A última trajetória a ser discutida é a de Antônio de Pádua Chagas Freitas. Chagas iniciou suas atividades políticas na conjuntura de crise do Estado Novo. Deputado federal de 1955 a 1971, seu poder e prestígio cresceram a partir de fins da década de 1960, quando passou a controlar as instâncias partidárias e articulou uma rede de aliados, primeiro no estado da Guanabara e, após a fusão, no estado do Rio de Janeiro. (DINIZ, 1982, TRINDADE, 2000, e SARMENTO, op. cit.) A ascensão de Chagas Freitas esteve intimamente ligada às cassações que desfiguraram o MDB carioca após 1968 e interromperam as carreiras de importantes políticos, abrindo caminho para a reorganização do partido sob sua liderança. (VERSIANI, 2007 e FREIRE & SARMENTO, 1999) Chagas foi exemplo, então, de uma trajetória

beneficiada diretamente pelas intervenções autoritárias após 1964 que, ao reduzirem a competição eleitoral, potencializaram as chances de determinados indivíduos.

Chagas Freitas utilizou intensamente os meios de comunicação que controlava para promover-se e a seus aliados, privilegiando-os na cobertura jornalística ou mesmo abrindo espaço para que escrevessem em seus jornais. Alguns deles, como Miro Teixeira e Marcelo Medeiros, eleitos para a Câmara dos Deputados em 1970, destacaram-se inicialmente por tratarem em suas colunas de temas caros aos setores populares e assalariados da cidade do Rio de Janeiro como as questões de habitação, iluminação, esgoto e pavimentação de ruas. (TRINDADE, op. cit.) Num contexto de crescimento populacional, os problemas urbanos se avolumavam, oferecendo muitas questões de interesse dos eleitores a serem debatidas pelos políticos.

Na estruturação de seu poder e sua máquina política, Chagas Freitas e os deputados federais e estaduais aliados mantinham uma relação constante com lideranças comunitárias e religiosas, blocos carnavalescos e escolas de samba. Nesse processo, os parlamentares buscavam colocar-se como intermediários entre as agências governamentais e a população. (DINIZ, op. cit. e MOTTA, M., 1999) A contrapartida dessa atuação era dada pelo controle de Chagas sobre o poder Executivo estadual e as agências estatais, que lhe permitia contemplar as demandas dos eleitores. Desta forma, reforçava a base eleitoral de seus candidatos e garantia o sucesso nas urnas.

O que expusemos sobre Francisco Amaral, Lygia Bessa Ramos e Chagas Freitas pode ser estendido a políticos de outros estados, fossem eles da Arena ou do MDB. Como líderes estaduais ou aliados de lideranças mais destacadas, integravam redes com diferentes níveis de capilaridade e desenvolveram um trabalho permanente junto à população, especialmente, mas não só, em épocas eleitorais. E muitos que iniciaram suas trajetórias sob a ditadura militar o fizeram a partir do apoio dos principais líderes estaduais, aproveitando-se de redes já constituídas. Em todos os casos, o que percebemos foi uma atuação política contínua através de meios de comunicação, da discussão e encaminhamento de soluções para os problemas sociais, da ação junto à burocracia estatal, da elaboração de projetos de lei.

Assim, após o percurso de 14 anos sob o sistema bipartidário, as elites políticas se encaminharam para a Nova República. Na bagagem, lealdades e experiências compartilhadas antes e durante a ditadura militar, redes políticas, bases eleitorais,

capital partidário. Rumaram para diferentes legendas, com a predominância das de direita e centro como o PDS, o PMDB e o PFL. Enfrentaram ou reuniram-se com antigos e novos políticos, a partir da volta dos exilados, da criação do Partido Democrático Trabalhista, da legalização das siglas comunistas e da fundação do PT. Atuantes na ditadura, têm estado presentes desde então na construção do regime democrático; foram um dos atores que possibilitaram a transição, nas palavras de José Sarney que abriram este texto, e estão intrinsecamente ligadas aos avanços e limites da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.ABREU, Alzira Alves de. (1998) Dicionário biográfico: a organização de um saber. XXII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998

.ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs.). (2001) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV.

.AMARAL, Francisco. (2001) *Francisco Amaral (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ.

.BERSTEIN, Serge. (1996) “Os partidos”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Editora FGV, pp 57-98.

. CARVALHO, Alessandra (2008). *Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB*. Tese de doutorado em Ciências Humanas (Sociologia), PPGAS, UFRJ.

.COUTO, Ronaldo Costa. (1999) *Memória Viva do Regime Militar*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Record.

.DAHL, Robert. (1997) *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.

.DINIZ, Eli. (1982) *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

.FLEISCHER, David. (1980) *A evolução do bipartidarismo brasileiro 1966-1979*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 51, pp 55-85.

.FREIRE, Américo & SARMENTO, Carlos Eduardo. (1999) As três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos - Cultura e política*, Rio de Janeiro, v.13, nº 24, p. 295-322.

.MONTORO, André Franco. (2000) *Memórias em linha reta*. São Paulo, Editora Senac São Paulo.

.MOTTA, Marly da Silva. (2000) O relato biográfico como fonte para a história. *Vidya*, Santa Maria (RS), nº 34, p.101-122, jul./dez. 2000. NADER, Ana Beatriz. (1998) *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo, Paz e Terra.

.SANTOS, André Marengo dos. (2000) *Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1988)*. Tese de doutorado, UFRGS..WEBER, Max. (2004) *Ciência e Política. Duas vocações*. São Paulo, Martin Claret.

.SARMENTO, Carlos Eduardo. (1999) *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, Alerj.

.TRINDADE, Adriana de Albuquerque (2000). *O estilo político da bica d'água: o chaguismo a Guanabara, 1969-1974*. CPDOC, Texto n.º37.

.VERSIANI, Maria Helena (2007) *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. Dissertação de mestrado em História Social, UFRJ.